



## **Prezado (a) conselheiro (a),**

Estamos encaminhando um *clipping* de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

Brasília, 18 de maio de 2010  
O Povo - Fortaleza/CE  
Congresso Nacional | Emenda 29

## **Marcha de prefeitos cobra aprovação da emenda 29**

POLÍTICA

A marcha dos prefeitos, que começa hoje, em Brasília, irá pressionar o Congresso para regulamentar a emenda constitucional 29, que trata de gastos com saúde. Na pauta de reivindicações também estão a redistribuição dos royalties do petróleo e mudanças na lei de licitações. De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, falta vontade política para a regulamentação da emenda, que determina percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, pelos Estados e pelos municípios. "O que não podemos mais tolerar é essa omissão do Congresso que acaba prejudicando os prefeitos."

A emenda que definiu os pisos da aplicação dos recursos da área (12% para Estados e 15% para municípios) entrou em vigor em 2000, mas deixou para lei complementar a definição de que ações e serviços públicos podem ser considerados gasto em saúde. A regulamentação também deve fixar regra definitiva para despesas federais, que seguem a regra provisória de reajustar anualmente as verbas segundo a variação da inflação e do (Produto Interno Bruto (PIB)).

O Senado já aprovou um projeto que vincula 10% da receita da União a gastos na área. Na Câmara dos Deputados, porém, o debate resultou na proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O impasse entre governistas e opositores interrompeu a votação do texto, em 2007. O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), descartou a possibilidade de aprovação da emenda 29 neste ano. (das agências).

*Brasília, 18 de maio de 2010  
Jornal do Commercio RJ/RJ  
Congresso Nacional | Emenda 29*

## **Regulamentação na gaveta**

*PAÍS*

Aprovada há 10 anos, a Emenda Constitucional 29 obriga estados e municípios a aplicarem 12% e 15%, respectivamente, da arrecadação de impostos em ações e serviços de saúde. Pelas regras, a União deveria investir o mesmo valor de 1999, acrescido de 5%, no mínimo, com correção pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos seguintes. A proposta, contudo, necessita de regulamentação, que está pendente no Congresso. O projeto complementar chegou a ser aprovado no Senado em 2007, mas estacionou na Câmara no ano seguinte por conta de um destaque. O ponto a ser debatido é a Contribuição Social da Saúde, uma espécie de substituta da CPMF. Como a criação do imposto gera controvérsia entre os parlamentares, a regulamentação da Emenda 29 continua engavetada. (II)

*Brasília, 18 de maio de 2010  
Jornal do Commercio PE - Recife/PE  
Ministério da Saúde | Programas | Saúde da Família*

## **Crepe denuncia cobrança irregular**

*CIDADE*

*Unidade que presta serviço ao SUS pede doação de R\$ 30 a mulher que vai fazer o pré-natal. Conselho quer investigação de caso em Vertentes, Agreste*

Embora a oferta de pré-natal seja missão básica das prefeituras, moradoras do Agreste dizem estar pagando até R\$ 30 para ter acesso ao atendimento num hospital conveniado ao SUS. A denúncia foi divulgada ontem pelo Conselho Regional de Medicina (Crepepe), que está pedindo investigação do caso pelo Ministério Público, Corregedoria-Geral da União, Ministério e Secretaria Estadual de Saúde. O hospital denunciado é mantido pela Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância (Apami) de Vertentes, que alega receber apenas doações para garantir assistência não prestada pela rede municipal.

O caso de Vertentes compõe um rosário de problemas encontrados pela nova edição da Caravana do Crepepe, que há quatro anos avalia a assistência à saúde no Estado. Na semana passada, a primeira de trabalho este ano, foram visitados 40 municípios do Agreste.

As denúncias de moradoras de Santa Maria do Cambucá, de que pagam três parcelas de R\$ 10 para fazer pré-natal em Vertentes, foi gravada em vídeo e apresentada ontem à imprensa, por representantes do Crepepe e Sindicato dos Médicos, participantes da caravana. Há uma nebulosidade entre o privado e o público, com a conivência de gestores locais do SUS. Por isso, esperamos que seja investigado, avaliou o presidente do Crepepe.

## DEPENDÊNCIA

A médica Maria Niedja Santana, diretora médica do Hospital e Maternidade de Vertentes e filha do fundador da Apami local, explica que se trata de uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos. Segundo ela, a unidade é contratada pela prefeitura para urgência e emergência de clínica médica, pediatria e obstetrícia e para fazer 30 partos por mês e 40 cirurgias marcadas. Oferecemos de graça consultas de oftalmologia, ortopedia, cardiologia, pré-natal e otorrinolaringologia.

Para mantermos esse serviço, pedimos doações de qualquer valor, não cobramos pela consulta, garante, alegando estar de portas abertas para a investigação do Ministério Público. Ela atribui a denúncia de moradoras da região à desinformação, que faz confundir a espera de três meses pela consulta com o pagamento de três parcelas da doação. Se o Ministério Público quiser proibir doações, deixaremos de atender a população. Niedja diz que recebe do SUS por mês R\$ 88 mil e que as doações ficam em torno de R\$ 14 mil. Além do atendimento pelo SUS, são oferecidas 60 consultas por mês em cada especialidade extra. A situação que encontramos é uma prova de que nem o básico está sendo oferecido pelas prefeituras, conclui Ricardo Paiva, coordenador da caravana. Para ele, os problemas da rede de saúde são os mesmos de quatro anos atrás: baixa resolutividade, falta de profissionais e de equipamentos, envio de doentes para a capital. E com um novo agravante: crescimento do consumo de crack, da prostituição e exploração infantil. Os casos positivos foram poucos, como a transformação da Unidade Mista de Saúde Paulo Viana de Queiroz, em São Joaquim do Monte, interditada pelo Cremepe há dois anos, e agora remodelada e com equipe médica completa. Quando há vontade política do gestor é possível fazer muito, avaliou André Longo. Há exemplos positivos em Surubim, Brejo da Madre de Deus e Belo Jardim.

## DESCASO

Mas a caravana encontrou remédio vencido em hospital de Sairé, acúmulo de lixo hospitalar em Bezerros, escala de médicos incompleta e placentas jogadas em vala no Hospital Municipal de Poção. Em Toritama, o aparelho de eletrocardiograma estava quebrado. Em São Caetano, identificaram saída de médicos para trabalhar em UPAs da capital e superlotação. Em Santa Cruz do Capibaribe a estrutura era precária e, na maioria das cidades, o Programa Saúde da Família não tem médicos atuando de segunda a sexta, como preconizado.

*Brasília, 18 de maio de 2010  
Correio de Sergipe/SE  
Temas de Interesse | Saúde Pública*

## **Déda inaugura UPA na cidade de Simão Dias**

O governador Marcelo Déda inaugurou na cidade de Simão Dias, mais uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), resultado das obras de reforma e ampliação do antigo hospital local, denominado Casa de Saúde Pedro Valadares.

O Governo do Estado investiu recursos procedentes do Fundo Estadual de Saúde da ordem de R\$ 3,7 milhões para a concretização desta importante obra em prol da melhoria da saúde dos

sergipanos. Desse montante, mais de R\$ 2,9 milhões foram destinados às obras e mais de R\$ 804 mil à aquisição de equipamentos e mobiliário. Vale ressaltar que esta é a terceira UPA inaugurada pelo Governo do Estado. As duas primeiras foram entregues aos municípios de Porto da Folha e Boquim.

*Brasília, 18 de maio de 2010  
O Globo - Rio de Janeiro/RJ  
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | SUS*

## **Dilma diz que fim da CPMF não teve resultado concreto para consumidor**

*O PAÍS  
Sergio Roxo*

SÃO PAULO. Sem ser taxativa na necessidade de criação de novo imposto, a pré-candidata do PT a presidente, Dilma Rousseff, defendeu a destinação de mais recursos para a saúde e criticou o fim da CPMF, extinta em 2008, na maior derrota do governo Lula no Congresso. De acordo com Dilma, o fim do tributo tirou R\$ 40 bilhões por ano do setor. Em entrevista à Rádio CBN, na manhã de ontem, Dilma cometeu uma gafe ao chamar o deputado federal Michel Temer (PMDB-SP), que deve ser o vice em sua chapa, de presidente do Senado e não da Câmara. Afirmou que o fim da cobrança do imposto não trouxe redução de preços de produtos para o consumidor, como era afirmado na época da extinção por entidades representativas de empresários. Também disse que se perdeu a possibilidade de usar a CPMF para monitorar transações financeiras suspeitas. - Eu me estarreço pelo fato que foi feita toda uma campanha pela CPMF, redução etc.. Eu não vejo resultados práticos no que se refere ao bolso do consumidor. Acho que houve uma perda de capacidade de fiscalização. E acho que houve, sobretudo, a perda de R\$ 40 bilhões para aplicar na Saúde. Na avaliação dela, a perda provocada teve impacto direto no atendimento público. - Você não tira R\$ 40 bilhões da Saúde e fica por isso mesmo. Não é possível ter uma visão sem compromisso como essa porque o Brasil precisa sim de completar a cadeia do SUS.

Dilma disse que, para garantir mais recursos, há duas alternativas: remanejar dinheiro ou criar novo imposto. - Agora, eu não posso aqui, sentada no estúdio, dizer. É uma negociação que tem que passar necessariamente pelo Congresso e pela sociedade. Se a sociedade quer uma Saúde de qualidade, nós vamos colocar mais recursos e também assegurar os recursos existentes. Uma possibilidade, de acordo a pré-candidata, é regulamentar a emenda 29, aprovada em 2000, que garante a vinculação de recursos a serem gastos pela União com a Saúde. Perguntada se era possível aumentar o valor sem criar imposto, respondeu: - Acho que a gente deve tentar. Não sei se dá.

Na saída, Dilma ganhou uma camisa do Palmeiras de uma pessoa que a esperava na porta da emissora. Preocupou-se com a reação do presidente Lula, que é corintiano fanático. - O Lula vai me matar - disse. Serra, seu principal adversário, é palmeirense. Confira trechos da entrevista:

**DÍVIDA PÚBLICA:** As razões pelas quais cresce são: o fato de a gente ter construído US\$ 250 bilhões em reservas (em moeda estrangeira)..., o Banco Central ter liberado R\$ 100 bilhões do compulsório para os bancos, e por fim liberamos R\$ 180 bilhões para o

BNDES, a título de garantir empréstimo e investimento de longo prazo. Não se pode discutir dívida bruta no Brasil sem dizer por que ela aconteceu. Senão, é como lançar plumas ao vento. Digo que a dívida bruta subiu e não digo que ela é, por exemplo, completamente diferente da dívida bruta da Grécia, que está quebrando. Não estamos quebrando, estamos cada dia mais robustos.

APARELHAMENTO DAS AGÊNCIAS: Em todas as agências, o critério de preenchimento de cargos tem que cumprir requisitos técnicos. Não acredito que alguém indicar, ou um partido indicar, integrantes para uma agência, significa necessariamente que a pessoa é incapaz e não preenche requisitos técnicos (...) Não concordo (com a acusação de que há aparelhamento nas agências). Aqui em São Paulo o presidente da agência de transportes é um deputado federal, do PSDB (Carlos Eduardo Sampaio Doria, ex-deputado na verdade). Nem por isso está aparelhada.

PREVIDÊNCIA: A gente está diante do seguinte: se vai ter reforma da Previdência ou se trata de ajuste. A reforma da Previdência apresentou armadilhas. Os países que fizeram tiveram um problema: houve corrida para a aposentadoria e você teve o efeito contrário àquele que era almejado. Defendo hoje que se ajuste a Previdência sistematicamente (...) Por exemplo, aumentou a expectativa de vida, vamos ter que fazer ajuste para que a Previdência dê conta.

VICE E GAFFE: Tudo indica que o PMDB vai escolher o seu vice e o que corre é que seria (o deputado federal Michel Temer)... Ele vai no momento apropriado anunciar. O Michel Temer é, sem sombra de dúvida, uma pessoa qualificada. É presidente do Senado e tem toda uma trajetória.

JORNADA DE 40 HORAS: As pessoas têm que distinguir duas coisas: quem está no governo e quem está no movimento sindical. Acho legítimo que o movimento sindical tenha como bandeira (redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais).

Não se pode querer o governo assuma bandeiras de movimento sindical. Do ponto de vista de pré-candidata, não acho que seja uma questão que o governo federal tenha que adotar ou assinar embaixo. Tem que ser construído entre movimento sindical e associações empresariais.

MISÉRIA: Tiramos da miséria 24 milhões, elevamos 31 milhões às classes médias. Nessa década que se avizinha, podemos erradicar a pobreza extrema do Brasil, ou seja a miséria. O Ipea fala que a gente poderia fazer isso em 2016. Tem colocar uma meta: erradicar a miséria. É possível. É talvez a coisa mais importante a ser feita no Brasil. Ser de esquerda é fazer isso, com estabilidade e soberania.

## **'Ano que vem podemos discutir outra contribuição'**

*O PAÍS*

*Líder do governo diz que ano eleitoral não é adequado para falar em criar novo tributo para substituir a CPMF*

*Maria Lima e Adriana Vasconcelos*

BRASÍLIA. Governistas e integrantes da coordenação da pré-campanha de Dilma Rousseff consideraram temerária sua declaração defendendo novas fontes de financiamento da saúde. Em entrevista à rádio CBN, ontem, ao lamentar o fim da CPMF, a petista sugeriu aumento de impostos para recompor as verbas para a saúde pública e defendeu a regulamentação da chamada Emenda 29, que prevê mais recursos para o setor.

O líder do governo na Câmara e um dos coordenadores da campanha de Dilma, Cândido Vaccarezza (PT-SP), fez uma ginástica para dizer que fontes alternativas de financiamento da saúde vão ser debatidas no âmbito de uma ampla reforma tributária. Embora não tenha descartado uma nova contribuição, Vaccarezza disse que é um assunto proibido neste momento. - Esse é um debate que não vamos discutir agora. Ano que vem podemos discutir a criação de outra contribuição. Não tem como regulamentar a Emenda 29 sem criar novas fontes de financiamento. Mas temos que ter muito cuidado. Como estamos vivendo um período eleitoral, qualquer coisa que se diga sobre isso agora, mesmo com a melhor das intenções, pode criar uma celeuma.

"Se ela disse, é um negócio perigoso", diz Chinaglia

O ex-presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) defende com veemência a necessidade de regulamentação da Emenda 29, mas deixou claro que fala em seu nome. Médico e conhecedor do quadro da saúde pública no país, ele admite que é um tema espinhoso para defender em época de campanha. - Se ela disse, é um negócio perigoso (em período pré-eleitoral). Mas, pessoalmente, eu acho que qualquer governante no Brasil não pode e não deve excluir fontes alternativas de financiamento da saúde da agenda de debates. Mas não falo isso pela Dilma, o Serra ou a Marina - disse Chinaglia.

Já oposição, que derrubou a CPMF em votação no Senado há mais de dois anos, rebateu o discurso de Dilma. - Isso é um absurdo. A saúde precisa é de gerência e de impedir a corrupção, não de um novo imposto. Foi mais uma bola fora de Dilma - disse o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

O presidente nacional do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), reagiu no mesmo tom: - Essa é a visão do incompetente. Antes de defender um novo imposto, é preciso fazer uma avaliação se não existe uma forma de se gastar melhor os recursos que estão à disposição da saúde. Até porque a criação de novos impostos só resolve o problema imediato dos governantes de plantão. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) lembrou que o fim da CPMF não derrubou a arrecadação no país, por isso não se justifica a criação de novo imposto: -É um desastre! Toda vez que ela (Dilma) abre a boca, o Brasil fica mais pobre - alfinetou Demóstenes.

*Brasília, 18 de maio de 2010  
O Estado do Maranhão - São Luís/MA  
Ministério da Saúde | Institucional*

## **Política de saúde mental é debatida**

**GERAL**

Traçar metas e diretrizes para melhorar o atendimento aos portadores de transtornos mentais é um dos objetivos da IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial, que teve início ontem no Praia Mar Hotel. O encontro reúne mais de 450 delegados, eleitos nas conferências realizadas em 50 municípios. Este é um espaço único e verdadeiro para que possamos discutir avanços na saúde mental, abrir as portas do Sistema Único de Saúde (SUS) para os portadores de transtornos mentais e aos usuários de álcool e drogas. Precisamos sepultar para sempre a idéia de manicômio, justificou o

secretário adjunto das Ações de Regionalização da Secretaria de Estado de Saúde (SES), José Márcio Leite.

A IV Conferência Estadual tem como tema Saúde Mental, direito e compromisso de todos: consolidando avanços e enfrentando desafios . Na abertura do evento também estiveram presentes o secretário de Estado de Direitos Humanos, Sérgio Tamer representando a governadora Roseana Sarney; a consultora do Ministério da Saúde, Sonia Barros; a diretora do Hospital Nina Rodrigues, Claudia Duarte; o coordenador do Programa Estadual de Saúde Mental, Ruy Cruz; vereador José Joaquim; representante dos usuários Raimundo Morgado e o presidente do Conselho Estadual de Saúde, José Américo Araújo. Durante os três dias do encontro serão realizadas discussões cujo objetivo é consolidar a Política Nacional de Saúde Mental. Estamos atendendo ao chamado do Ministério da Saúde nesta luta anticomial para garantir que pessoas portadoras de transtornos mentais tenham portas abertas nos hospitais, laboratórios e sejam tratadas de forma igualitária e humana, completou Claudia Duarte, que é também assessora técnica do Departamento de Atenção à Saúde Mental.

As conferências de saúde são fundamentais para a construção democrática das políticas públicas do Sistema Único de Saúde. Antes da realização da Conferência Estadual, foram realizadas conferências contemplando 50 municípios, sendo eleitos 450 delegados, representantes dos usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e intersetoriais. Destes, serão eleitos 33 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional, que acontecerá em Brasília, no período de 27 a 30 de junho. Cronograma - Na abertura do evento, foi feita a leitura e aprovação do Regulamento. A consultora do Ministério da Saúde, Sônia Barros, debateu sobre a Política Nacional de Saúde Mental: avanços e desafios desde a III Conferência Nacional de Saúde Mental e o secretário-adjunto de Ações de Saúde, José Marcio Leite, falou sobre Reforma Sanitária e Controle Social na Formulação de Políticas para a Saúde Mental no SUS.

#### **Expediente**

##### **Carta Eletrônica do CNS**

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 18 de maio de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde